



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638780 - SP (2021/0002398-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL ZAMBON DE MORAES - PR074710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OZEIAS TEODORO (PRESO)
PACIENTE : KELLEN OLIVEIRA ALCANTARA (PRESO)
PACIENTE : KAROLINY GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OZEIAS TEODORO, KELLEN OLIVEIRA ALCANTARA e KAROLINY GOMES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0003201-48.2018.8.26.0073).

O primeiro paciente foi condenado às penas de 7 anos, 4 meses e 26 dias de reclusão em regime fechado e de 740 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso V, todos da Lei n. 11.343/2006, e as demais pacientes às penas de 6 anos, 8 meses de reclusão em regime fechado e de 666 dias-multa, como incursas no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, todos da Lei n 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o primeiro paciente faria jus ao regime inicial semiaberto considerando as circunstâncias do fato, ainda que seja reincidente.

Assevera que a segunda e terceira pacientes fariam jus à causa especial de diminuição de pena prevista na Lei de Drogas, ante o preenchimento dos requisitos legais previstos no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Assevera que, nessas circunstâncias, seria possível a mitigação do regime inicial de pena, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam redimensionadas as penas das pacientes e mitigados os regimes como postulado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente